

Greve na USP é a maior dos últimos anos

Daniel Ruiz Garcia

Insatisfeitos com os baixos salários a maioria dos docentes aderiu ao movimento. A USP parou em São Paulo e no Interior.



Docentes e funcionários fazem manifestação em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A greve de docentes da USP paralisou as atividades em 16 unidades já na primeira semana de sua decretação, atingindo índices de 80% de adesão. O movimento está sendo considerado o maior dos últimos anos na Universidade porque, além de paralisar as atividades, os professores têm participado das assembléias, manifestações e atos de protestos contra a intransigência do Cruesp em apresentar uma proposta digna.

Durante as quatro primeiras rodadas de negociações o Cruesp se manteve irredutível na proposta de 8% em URV para maio, o que corresponde à reposição de maio de 93 pela Fipe mais 1,68% de recuperação das perdas. Além disso, propõe a aplicação da variação do índice Fipe da última quadrissemana disponível no dia 29 de junho, para pagamento no início

de julho, e acena com a possibilidade de abonos para os meses de julho e agosto.

Os docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, reunidos em assembléia na segunda-feira, dia 23 de maio, rejeitaram a proposta do Cruesp e autorizaram o Fórum das Seis Entidades a apresentar uma contra proposta de

27% em URV para o mês de maio, o que corresponde a 16% para retornar a maio de 93 pelo Dieese e 10% como recuperação das perdas anteriores a maio de 93. Está contemplada na contra proposta a negociação do resíduo de 10% em URV (reivindicação original dos 37%) para ser debatido no período de julho a novembro desse ano.

Unesp e Unicamp paralisadas

Desde o primeiro dia da greve, os docentes e funcionários da Unesp e da Unicamp aderiram ao movimento. Na Unicamp, em Campinas, a paralisação atinge 70% dos funcionários e 90% dos docentes. Na Unesp esse índice sobe para 90%, incluindo funcionários e docentes. Estão com suas atividades completamente paradas os seguintes campus da Unesp: Assis, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Botucatu, Guaratinguetá, Jaboticabal, Marília, Franca, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Rio Claro, Ilha Solteira e Instituto das Artes, em São Paulo. O único campus da Unesp que não aderiu à greve é o de São José dos Campos. Os docentes e funcionários em São José dos Campos estão em assembléia permanente.

Novo projeto editorial

Após dois meses de estudos, estamos iniciando uma nova fase de comunicação com a publicação deste primeiro Informativo Adusp. Ele substitui o Jornal Adusp que durante 39 edições cumpriu a função de informar e registrar, em artigos, as mais variadas tendências do pensamento dentro da Universidade. E o informativo chega num momento muito especial para toda a categoria, que está entrando na terceira semana de greve por melhores salários e condições de en-

sino. A nossa proposta é dotar a Adusp de um veículo de informações que, ao mesmo tempo, seja ágil e consistente.

Portanto, dentro desse projeto que apresenta um corte eminentemente sindical, pretendemos que o Informativo Adusp seja um veículo de mão dupla entre a entidade que representa o corpo docente da USP e os professores. Toda e qualquer informação cabe neste veículo. Basta que você se envolva e contribua para que as premissas do projeto se concretizem.

O nosso compromisso de mudanças, no entanto, não se esgota com a publicação deste novo meio de comunicação que é o informativo. Já está em fase de elaboração de projeto gráfico a Revista Adusp, uma publicação trimestral que abrirá espaços para análises de conjuntura do país, da universidade etc. A junção desses dois veículos, um cobrindo o dia-a-dia e outro de reflexão, tornarão a comunicação da Adusp com os seus associados mais dinâmica e interativa.

Otaviano Helene e Zilda Iokoi, respectivamente presidente e vice da Adusp, participaram no dia 23 de maio do programa Fogo Cruzado, da rede CNT (Gazeta), que debateu a Greve no Setor Público: Direito ou Abuso? Apresentado pelo jornalista Alexandre Machado, o programa contou com a presença do presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho; do ex-secre-

tário da Administração do governo do estado de São Paulo, Miguel Tebar; do Cientista Político Aloísio Azevedo e do presidente do Sindicato dos Policiais Federais, Lauro Trapp. Também expressaram opinião sobre esse tema, durante o debate, o ministro do Supremo Tribunal do Trabalho, Almir Pazzianoto, e os representantes dos sindicatos dos médicos e dos trabalhadores da área de saúde no estado de São Paulo.

Cruesp não debate em público ...

O Fórum das Seis Entidades, diante das distorções nas tabelas e gráficos do Cruesp, propôs um debate aberto ao público. Na ocasião deveriam ser apresentados publicamente os números que os três reitores (USP, Unesp e Unicamp) estão usando para negar as reivindicações dos docentes e funcionários das três universidades. O presidente do Cruesp, Flávio Fava de Moraes,

acatando sugestão dos técnicos, negou debater em público. Prefere manter as reuniões técnicas. Fechadas, diga-se de passagem.

Segundo o reitor da USP, que acumula o cargo de presidente do Cruesp, debates somente após o período de greve. Isso significa que ele prefere manter os números "oficialmente" sendo divulgados pelo Fórum das Seis Entidades e não pelo Cruesp.

... mas aceita debater na "Folha"

Apesar de não aceitar debater com o Fórum das Seis Entidades em público, o Cruesp aceitou convite da Folha de S. Paulo para debater "A Greve nas Universidades Estaduais Paulis-

tas". O Fórum também não recusou o convite para o encontro que foi realizado no dia 28 de maio, na sede do jornal, com a presença de cem pessoas.

O Fórum, no entanto, não abriu mão de discutir os números do Cruesp no interior da Universidade e realizou, dia 30, no anfiteatro da História, um debate sem a presença dos técnicos do Cruesp.

Representando o Fórum, Francisco Miraglia (Adusp), Luis Carlos de Almeida (Adunicamp) e Emanuel W. Woiski (Adunesp de Ilha Solteira) estiveram presentes ao debate da "Folha". Pelo Cruesp, falaram Flávio A. Pinheiros (Unesp), Helio N. da Cruz (USP) e Antonio F. Duarte (Unicamp). O debate foi mediado pelo jornalista Fernando Rosseti, que vem acompanhado a greve, e a platéia teve direito de encaminhar questões por escrito aos integrantes da mesa. O Fórum teve direito a cinquenta convites.

Adusp

Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lúcia C.M.Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa.vd

Projeto gráfico:

Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e Leonardo van Halsema.

Revisão:

Raquel La Corte.

Tiragem: 7.500 exemplares.

Periodicidade: mensal.

Filmes: Paper Express.

Impressão: Gazeta da Lapa.

Adusp-S.Sind.: Av.Prof.Luciano Gualberto, trav.J, nº 374-Cid.Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573 / FAX: (011) 814-9321.

Polícia no Campus

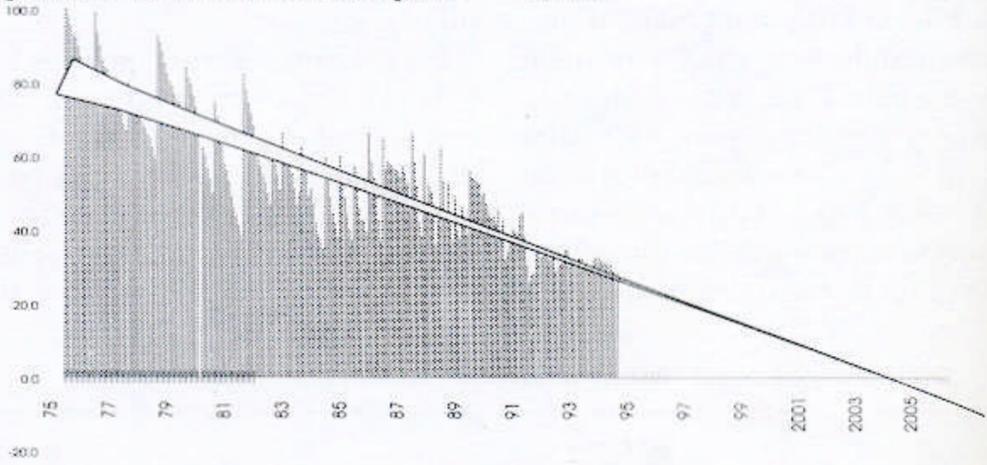
No interior do Estado o matuto costuma dizer que onde passa um boi passa uma boiada. E isso pode



muito bem valer para a capital. Especialmente na Cidade Universitária, onde a polícia militar está com acesso livre, possivelmente por solicitação do reitor. Já vivemos essa experiência na época da ditadura militar, na greve de 88 e, agora, em 94, esse "fantasma" começa a rondar a USP novamente. Essa postura não avança em nada e coloca em xeque a democracia na Universidade.

Super-homem

O professor José Augusto Guillon, grevista em 1979 e atual chefe de gabinete do reitor, decidiu entrar à força na reitoria da USP, empurrando participantes do piquete dos funcionários. Isto depois de ter mandado descontar o dia de trabalho dos funcionários que aderiram à paralisação de 29 de abril. Parece que esquecer o passado virou moda nesse país.



Salários zero em 2003

O gráfico que mostra a evolução dos salários desde 1975 permite conclusão assustadora: fazendo a projeção para os próximos anos, percebe-se que no ano 2003 os docentes das universidades estaduais paulistas estarão pagando para trabalhar. É exatamente isso que mostra a reta que ajustamos aos valores.

Autoritarismo do Cruesp

O Conselho dos reitores das três universidades estaduais paulistas fecharam as negociações com o Fórum das Seis via fax, quando as entidades estavam reunidas discutindo o primeiro ponto da pauta. Os reitores, que posam de democráticos, estão usando a "cartilha do patronato" editada em 1920.

Mudança de lado

Os soldados da polícia militar, que fazem o cordão de isolamento das manifestações realizadas em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia, estão quase mudando de lado. Assim como nós, eles estão com os salários arrojados. Em maio um soldado recebeu Cr\$ 220 mil, um cabo Cr\$ 240 mil e um coronel com trinta anos de serviços Cr\$ 940 mil.

Constrangimento

O reitor da Unesp, Arthur Roquete de Macedo, depois que o Cruesp rompeu as negociações, não poderia esperar recepção diferente quando de sua visita ao Campus de Botucatu, dia 25 de maio: cerca de mil docentes e funcionários concentrados no local da visita deram as costas ao reitor.

Carta

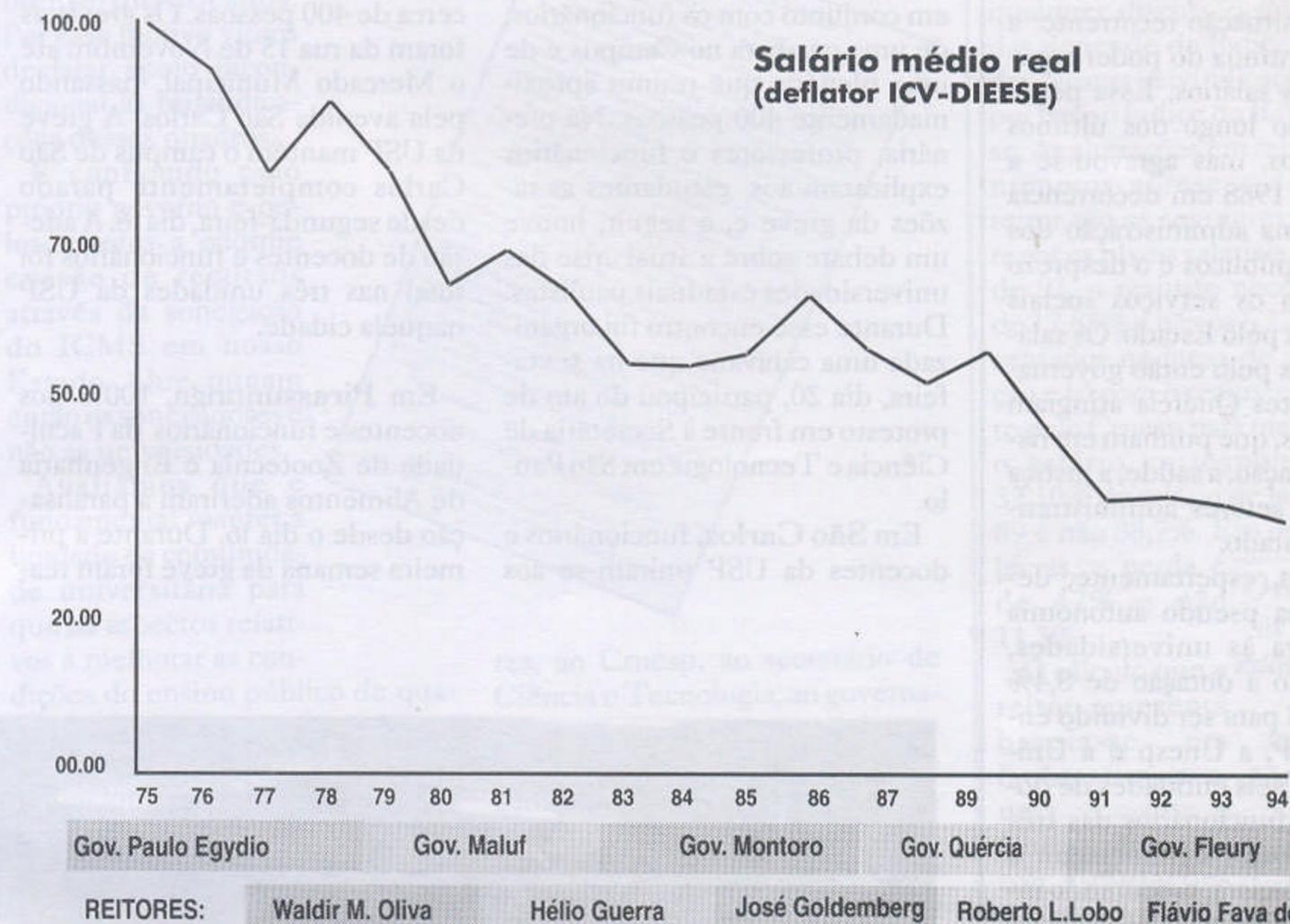
"Como professor-doutor da pretensa maior Universidade do país, sinto-me indignado com a forma esdrúxula com a qual o Prof. Dr. do Departamento de Parasitologia do ICB, momentaneamente reitor da USP, tem conduzido a justa negociação salarial em pauta".
Evaldo L. Tito - Diretoria Regional da Adusp Pirassununga.

Movimento em defesa da universidade pública

O movimento dos docentes e funcionários das universidades paulistas é parte da luta histórica em defesa do ensino público gratuito e de alto nível. Diante do pior salário dos últimos vinte anos e à deterioração das condições de trabalho acadêmico, professores e funcionários mostram sua vontade para reverter um processo que está sucateando a USP, a Unesp e a Unicamp. Essa luta se concretiza num movimento forte e coeso que não será intimidado pela intransigência ou pela ameaça.

As reivindicações foram apresentadas no dia 30 de março e em 29 de abril, durante a primeira rodada de negociações com o Cruesp, os reitores declararam que não estavam preparados para negociar. Eles desconheciam o conteúdo da pauta de reivindicações da data base. Na reunião do dia 9 de maio, segunda desse processo, o Cruesp apresentou a irrisória proposta de 8% em URV para o mês de maio. O movimento de greve foi, então, iniciado no dia 16 de maio, com a percepção por parte do Fórum das Seis de que, sem a mobilização das categorias envolvidas no movimento, os reitores não iriam negociar.

É preciso ter claro que, fruto da greve na USP, Unesp e Unicamp, já foram sentidos avanços, a exem-



plo da implantação de Comissões mistas para lutar pelo aumento da dotação orçamentária para as universidades estaduais e para o estudo de procedimentos isonômicos no que se refere à administração, pessoal e orçamento. Além disso, avançou-se na proposta de reajuste para o mês de julho, já que fica garantida a diferença entre o índi-

ce da Fipe e a variação da URV. Mas isso ainda é insuficiente para sustar o movimento grevista.

As planilhas do Cruesp mostram que há espaço para a apresentação de uma proposta muito superior aos 8% apresentados até agora. É importante, porém, que os reitores abandonem a postura de intransigência e deixem de investir

no confronto com os docentes e funcionários. As reivindicações devem ser tratadas com seriedade, já que são reconhecidas como justas pela maioria esmagadora dos docentes e funcionários das três universidades.

Apoios às reivindicações do Fórum

A greve nas universidades paulistas recebeu apoio expresso dos deputados estaduais Ivan Valente (PT), Beatriz Pardi (PT), Roberto Gouveia (PT), Célia Leão (PSDB), Jamil Murad (PC do B), Denis Carvalho (PC do B) e Mauro Bragato (PMDB), presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Também apoiam o movimento os docentes da Universidade Federal de São Carlos e o presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, Luiz Antonio Barbagli. A Adusp recebeu, ainda, moções de apoio de oito Congregações e 16 Conselhos de Departamento, além de manifestação do CTA da ECA e do Conselho de Diretores do Campus de Ribeirão Preto.



Ronaldo Entler

De quem é a culpa?

A nossa greve procura reverter uma situação recorrente: a perda contínua do poder aquisitivo dos salários. Essa perda se deu ao longo dos últimos vinte anos, mas agravou-se a partir de 1988 em decorrência da péssima administração dos recursos públicos e o desprezo para com os serviços sociais prestados pelo Estado. Os salários pagos pelo então governador Orestes Quéricia atingiam níveis tais, que punham em risco a educação, a saúde, a justiça e outros setores administrativos do Estado.

Quéricia, espertamente, decreta uma pseudo autonomia financeira às universidades, atribuindo a dotação de 8,4% do ICMS para ser dividido entre a USP, a Unesp e a Unicamp. As seis entidades de docentes e funcionários das três universidades denunciaram a tática quercista, procurando inclusive influenciar as reitorias nessa direção. Tudo em vão.

Os reitores acabaram concordando com a autonomia outorgada pelo governador. Nos anos seguintes a situação deteriorou-se. Se os 8,4% do ICMS já eram insuficientes, os recursos tornaram-se ainda mais exíguos devido a enorme sonegação de impostos. É por essa razão que, com o apoio de deputados estaduais de diferentes partidos, esse ano as entidades estarão lutando, novamente, pela aprovação de uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que eleve para 11% o repasse de recursos do ICMS para as três universidades.

Apesar da pseudo autonomia, o governo Fleury não está isento de suas responsabilidades para com a manutenção do patrimônio representado pela USP, Unesp e Unicamp. Cabe ao governo do Estado, aos reitores e aos deputados estaduais darem condições para que não se tenha mais greves na universidade por questões salariais.

Apesar da pseudo autonomia, o governo Fleury não está isento de suas responsabilidades para com a manutenção do patrimônio representado pela USP, Unesp e Unicamp. Cabe ao governo do Estado, aos reitores e aos deputados estaduais darem condições para que não se tenha mais greves na universidade por questões salariais.

João Zanetic é doutor do IFUSP e ex-presidente da Adusp

Cerca de 80% dos docentes da USP de Ribeirão Preto aderiram à greve. Na quinta-feira, dia 19, eles participaram, em conjunto com os funcionários, de uma passeata no Campus e de uma plenária que reuniu aproximadamente 400 pessoas. Na plenária, professores e funcionários explicaram aos estudantes as razões da greve e, a seguir, houve um debate sobre a atual crise das universidades estaduais paulistas. Durante esse encontro foi organizada uma caravana que na sexta-feira, dia 20, participou do ato de protesto em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia em São Paulo.

Em São Carlos, funcionários e docentes da USP uniram-se aos

funcionários da Universidade Federal de São Carlos e promoveram uma passeata, dia 19, no centro da cidade. A manifestação reuniu cerca de 400 pessoas. Os grevistas foram da rua 15 de Novembro até o Mercado Municipal, passando pela avenida São Carlos. A greve da USP mantém o campus de São Carlos completamente parado desde segunda-feira, dia 16. A adesão de docentes e funcionários foi total nas três unidades da USP naquela cidade.

Em Pirassununga, 100% dos docentes e funcionários da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos aderiram à paralisação desde o dia 16. Durante a primeira semana da greve foram rea-

lizadas duas assembleias setoriais, onde se avaliou o movimento e discutiu-se os destinos da universidade pública no Estado. Somente os serviços considerados essenciais, como a alimentação de animais, serviços telefônicos, manutenção elétrica e de segurança, estão sendo executados.

Em Bauru, os docentes entraram em greve no dia 24 de maio. Dos 92 docentes da Faculdade de Odontologia, 48 estiveram presentes à assembleia que decidiu pela paralisação. Por se tratar de um centro de referência em odontologia, que atende inclusive pacientes de vários países da América do Sul, estão sendo mantidos apenas os serviços essenciais.

Newton Barbosa/Folha Imagem



Plenária de docentes e funcionários em Ribeirão Preto

Proposta pode ser melhorada, diz ex-chefe de gabinete da reitoria

O chefe de gabinete do ex-reitor Roberto Lobo, José Roberto Drugowich de Felício, afirmou em assembleia realizada no Campus de Ribeirão Preto, dia 26, e em artigo na Folha de S. Paulo, dia 27 de maio, que a USP dispõe de dinheiro em caixa para reajustar os salários de seus docentes e

servidores com um percentual maior aos 8% propostos até agora. Drugowich afirmou que as reservas para 13^o e férias estão estimadas no dobro do realmente necessário. Segundo ele, a USP necessita de US\$ 7 milhões para essas despesas, mas dispõe de uma reserva de US\$ 13 milhões, além de dispor

de outros US\$ 3,6 milhões que estão disponíveis no fundo de contingência.

O ex-chefe de gabinete da reitoria da USP demonstrou a docentes e funcionários de Ribeirão Preto que a USP recebeu, nos quatro primeiros meses de 94, em função da sua quota-parte

(4,73%) do ICMS do Estado, US\$ 11 milhões mais do que em igual período de 93. Isso, segundo ele, corresponde a um crescimento de receita em dólares, de um ano para o outro, da ordem de 10%. Em contrapartida, a despesa com custeio foi reduzida para US\$ 4 milhões só no primeiro quadrimestre des-

Receita Federal não acredita nos salários dos docentes da USP

A Secretaria da Receita Federal enviou a vários docentes carta advertindo para algumas "incoerências" registradas nas últimas declarações do Imposto de Renda.

O texto assinado pelo secretário da Receita Federal diz que, "constatamos, com base em sua declaração apresentada no ano passado, que a média declarada situou-se abaixo da média de rendimentos dos profissionais liberais da mesma categoria e de faixa etária semelhante".

A seguir, os docentes são convidados a declarar a verdade ou seja, a se antecipar na correção de possíveis erros nas declarações. Nem mesmo a Receita Federal acredita que os docentes de uma das uni-



versidades mais importantes da América Latina ganhem tão pouco. Tá explicado o porquê da As-

sembléia dos professores optar pela greve.

Universidades param

"Os professores da USP e da Unesp devem aderir hoje (16/5) à greve iniciada na semana passada pelos docentes da Unicamp. Eles querem um reajuste de 37% nos salários em URV. Os reitores já avisaram: um aumento desse 'estouraria' o orçamento das três universidades estaduais. Mas a associação de docentes fecharam questão: acham que as reitorias têm por obrigação procurar mais recursos junto ao governo estadual."

Jornal da Tarde - 16 de maio.

Falta transparência

"Queremos a reabertura imediata das negociações. Falta transparência nas contas do Cruesp, uma vez que os cálculos feitos em URV subestimam as possibilidades de dar aumentos. Se as contas fossem feitas em cruzeiros reais, o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento (90% segundo os reitores) não seria tão grande."

Francisco Miraglia na Folha de S. Paulo - 26 de maio

Índice de 80% de adesão

"A adesão à paralisação aumentou ontem (20/05) na USP e já atinge 80% da Universidade, informou a Adusp."

Diário Popular - 21 de maio

Greve dos professores

"Cerca de 60% dos funcionários da USP de Ribeirão Preto aderiram ontem (19/05) à greve iniciada pelos professores da universidade. A greve dos professores mobiliza 80% da categoria, segundo Benedito Machado, diretor regional da Adusp."

Folhanordeste - 20 de maio

Greve no serviço público é legal

Em consequência das paralisações ocorridas recentemente no setor público federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu parecer considerando ilegal a greve nos serviços públicos em geral. O ministro do Supremo Tribunal do Trabalho, Almir Pazzianoto, ao participar de um programa de televisão com dois diretores da Adusp, afirmou que, "a greve no setor público é legal e depende de lei complementar, cuja elaboração compete ao presidente da República". Ainda segundo o entendimento do ministro Pazzianoto, não é possível julgar uma greve ilegal se não há definição sobre os seus limites.

A interpretação do ministro do



Supremo Tribunal do Trabalho vem ao encontro do parecer expedido pela assessoria jurídica da Adusp, que apresenta o seguinte teor:

"Ao que parece, a decisão do STF sobre a legalidade da greve tem caráter eminentemente polí-

tico, tendo em vista a eclosão, no serviço público, em especial no serviço público federal, de um número muito grande de movimentos grevistas. O que temos sustentado é que, ainda que se admita que o exercício de direito de greve no serviço público não tenha sido regulamentado, os servidores que aderirem ao movimento grevista convocado por sindicato ao qual se vinculam, não podem sofrer punições disciplinares por esse exercício, uma vez que não há mais, a partir da Constituição Federal de 1988, antijuricidade na conduta dos servidores grevistas. A decisão do Supremo Tribunal Federal não é vinculativa dos demais tribunais."

Adusp participa da SBPC

O vice-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, estará participando entre os dias 17 e 22 de julho da 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorrerá no campus da Universidade Federal do Espí-

rito Santo, em Vitória.

Esse ano a Reunião terá como tema básico "Ética e a Consolidação da Democracia" e Miraglia foi convidado para compor a mesa-redonda que debaterá o tema **Projetos de Estabilização da Economia: Impactos Psico-sociais,**

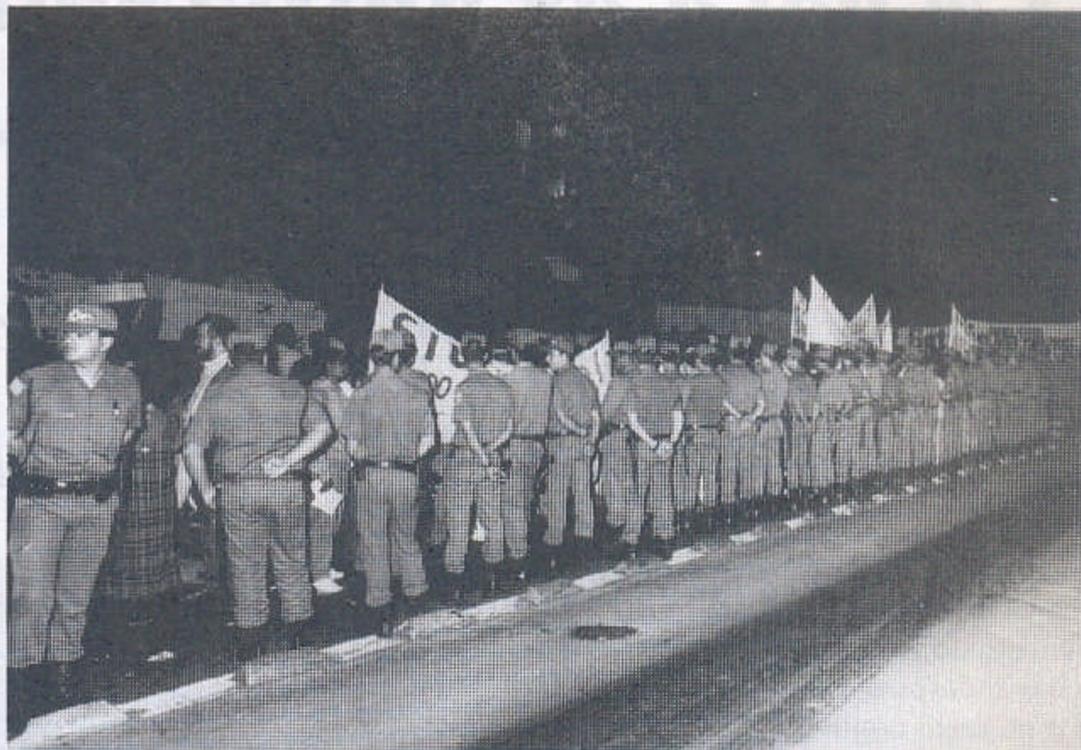
coordenada pelo ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso.

Além do vice-presidente da Adusp, participam da mesa o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira e os jornalistas Aluysio Biondi e Luiz Nassif.

Retratos do autoritarismo

Sob a alegação de que o palácio Campos Elíseos, sede da Secretaria de C&T, poderia ser depredado, docentes e funcionários das universidades paulistas foram mantidos afastados da sala de reunião do Cruesp. Apesar de os portões do palácio estarem trancados com correntes e cadeados e de permanecerem sob a vigília permanente de policiais, os manifestantes não se intimidaram e contribuíram para o avanço da mobilização.

Fotos: Daniel Ruiz Garcia



Próxima luta é na AL: 11% para as universidades

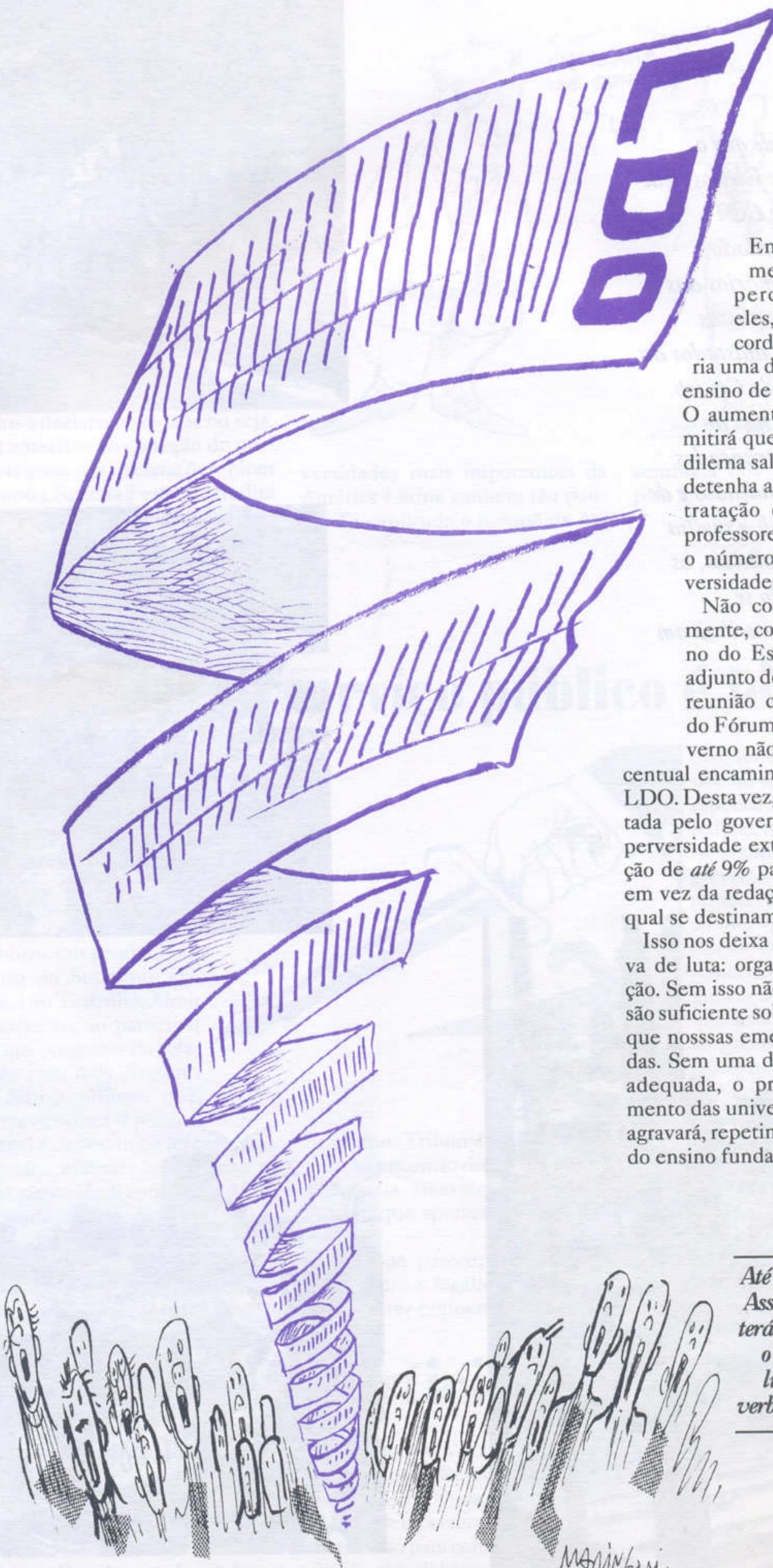
Desde o dia 30 de abril, encontra-se na Assembléia Legislativa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo governador Fleury. A LDO define o orçamento do Estado em termos de receitas e despesas para o próximo ano e no texto original, para as três universidades, estão destinados até 9% da quota parte do Estado do recolhimento do ICMS.

Historicamente, a previsão de uma destinação às três universidades, começou a ser feita em 1989, quando foi decretada a autonomia das universidades. Na ocasião, a dotação orçamentária foi estabelecida em 8,4 do ICMS quota parte do Estado, embora as universidades já consumissem mais que isso. Como resultado dessa diferença, a autonomia resultou na administração da miséria e na colocação de uma falsa oposição entre salário e custeio.

Desde então, as entidades de funcionários e docentes das três universidades têm interferido no processo de discussão da LDO, entendendo-o como um momento privilegiado para buscar aumentar a verba destinada às universidades. Nossa atuação tem sido a de sugerir emendas à LDO, que são encaminhadas por vários partidos políticos e votadas em plenário. Temos debatido com os deputados, municiando-os com justificativas para a defesa de nossas propostas. Além disso, procuramos estar presentes às sessões de votação.

Nossas emendas perderam, em 1990, por uma pequena margem de votos. Em 1991, graças a um ofício do Conselho Universitário da USP que solicitava a não fixação de qualquer percentual, nossos esforços quase fracassaram novamente. Conseguimos mudança de 8,4 para 9%. Em 1993, funcionários e professores da USP, Unesp e Unicamp, através do Fórum das Seis Entidades, defenderam a destinação de 11% do ICMS para as universidades e de 30% para o ensino médio e fundamental. Nossa emenda foi rejeitada por uma diferença de dois votos.

Agora, em 94, serão reapresentadas as mesmas emendas. Contamos, desta vez, com o apoio dos reitores das



três universidades. Embora não comprometidos com algum percentual, também eles, finalmente, concordam que é necessária uma dotação maior para o ensino de 3º Grau no Estado. O aumento de recursos permitirá que se desmistifique o dilema salário/custeio, que se detenha a estagnação da contratação de funcionários e professores e que se aumente o número de vagas nas universidades públicas.

Não contamos, declaradamente, com o apoio do governo do Estado. O secretário-adjunto do Planejamento, em reunião com representantes do Fórum, declarou que o governo não abrirá mão do percentual encaminhado no projeto da LDO. Desta vez, a proposta apresentada pelo governador contém uma perversidade extra: prevê a destinação de até 9% para as universidades em vez da redação usual, segundo a qual se destinam pelo menos 9%.

Isso nos deixa uma única alternativa de luta: organização e mobilização. Sem isso não exerceremos pressão suficiente sobre o legislativo para que nossas emendas sejam aprovadas. Sem uma dotação orçamentária adequada, o processo de sucateamento das universidades públicas se agravará, repetindo a história recente do ensino fundamental e médio.

Até o dia 30 de junho a Assembléia Legislativa terá de votar a LDO. É o momento certo de lutarmos por mais verbas para a educação.

MARIN 60M.